# A Mitologia Política e a Primeira República portuguesa

The Political Mithology and the Portuguese First Republic

Renan Henrique de Oliveira Russo\*

RESUMO: Raoul Girardet, em seu *Mitos e Mitologias Políticas*, apresenta teorizações acerca de construções políticas que, ao habitar o imaginário coletivo, perdem sua veracidade histórica, adquirindo ares místicos, que possibilitam sua identificação com os mitos. Sua obra, pautada principalmente na história francesa, abre a possibilidade de que outros contextos sejam abordados. Assim, tendo tais análises por base, o objetivo do presente trabalho é elucidar como a Primeira República Portuguesa (1910-1926), período de grandes abalos políticos e ideológicos na história lusitana, apresentou-se como cenário ideal para o nascimento e disseminação destas mitologias políticas. Ao identificarmos a presença destes mitos no contexto da época, é possível atingirmos uma compreensão mais plena acerca dos acontecimentos. Para tanto, o presente artigo se encontra estruturado em três partes: a primeira sintetiza os conceitos enfocados por Girardet em sua obra; a segunda apresenta um breve histórico da I República Portuguesa, enfocando os fatos mais relevantes, a fim de uma contextualização do período; na terceira, e última, busca-se articular as ideias discutidas na obra e a conjuntura histórica republicana.

Palavras-chave: Mitologia Política; República Portuguesa; História Contemporânea.

ABSTRACT: Raoul Girardet, in his *Mitos e Mitologias Políticas*, presents theories about political constructions that, once have reached the collective mind, loses their historical veracity, acquiring mystical aspects that enable their identification with myths. His work, based mainly in French history, opens possibility for other contexts to be covered. With these theoretical bases, the objective of our study is to elucidate how the Portuguese First Republic (1910-1926), political period of major changes in the Lusitanian history, presented himself as the ideal setting for the birth and propagation of these political mythologies. By identifying the presence of these myths in the analyzed period, we can achieve a fuller understanding of his events. Therefore, this article is structured in three parts: the first summarizes the concepts introduced by Girardet in his work; the second presents a brief history of the Portuguese First Republic, focusing on the most relevant facts in order to contextualize the period; in the third, and last, we intend to articulate the ideas discussed in the book and the Republican historical conjuncture.

**Keywords:** Political mythology. Portuguese Republic. Contemporary History.

# Introdução

O livro *Mitos e Mitologias Políticas* aponta diversas manifestações do imaginário coletivo ligadas a questões sociais e políticas (GIRARDET, 1987). Sua obra, pautada principalmente na história francesa, abre a possibilidade de que outros contextos

<sup>\*</sup> Mestrando na Universidade Estadual Paulista, campus de Assis, sob orientação do Dr. Paulo Cesar Gonçalves. Contato: renan.russo.3@gmail.com. Artigo recebido em 21-01-2015 e aceito em 27-03-2015.

sejam abordados à luz desta mesma teorização. Portugal, historicamente um país com fortes mitos ligados ao governo, como D. Sebastião, apresentou-se para nós como um terreno apropriado para o nascimento de diversas destas mitologias políticas. No presente artigo nos voltamos, em específico ao período entre o fim da monarquia parlamentar e a queda da Primeira República. A nosso ver, os rumos políticos portugueses na viragem do século foram profundamente marcados pela influência da mitologia política. Tal abordagem já foi apontada por autores como Joaquim Domingues (DOMINGUES, 1990), focando principalmente na questão do messianismo português. Porém, acreditamos que juntando esta análise às elaborações de Girardet e traçando um paralelo com a historiografia, seja possível incitar ainda mais o uso do mito político como possível abordagem para uma compreensão mais ampla de tão importante período da história lusitana.

### Os mitos e mitologias políticas de Girardet

Em sua obra, o pensador Raoul Girardet apresenta um "panteão" de estruturas políticas "mitológicas" a serem tomadas em conta, respectivamente: a conspiração, o salvador, a idade de ouro e a unidade (GIRARDET, 1987). Para tal interpretação, usa-se de uma interdisciplinaridade entre as ciências sociais, a história, a filosofia e a psicologia. É, assim, capaz de trazer à luz mecanismos da memória, responsáveis por fazer surgir coletivamente ideologias mais pautadas na imaginação social do que na veracidade histórica, tornando o processo uma construção mítica de fatos.

Para o autor o mito político nasceria de um pensamento individual, uma característica humana que, levada ao coletivo, gera determinada mentalidade em toda uma população. Igualmente importante na composição do processo é o mecanismo humano de seleção de memórias: para que um momento presente ou passado seja tornado mito, se faz necessária uma filtragem em determinados acontecimentos. Assim, o imaginário coletivo cuida deste trabalho em reafirmar o que dá embasamento ao mito, relegando ao esquecimento os acontecimentos que não convêm. Os respectivos interlocutores das mitologias passam, então, a fazer uso da criatividade para preencher qualquer lacuna que possa ter surgido, afastando o realmente ocorrido da verossimilhança e aproximando-o de um panteão idealizado. Girardet assim resume

o processo: "o contexto cronológico é abolido; a relatividade das situações e dos acontecimentos, esquecida; do substrato histórico não restam mais que alguns fragmentos de lembranças vividas, diluídas e transcendidas pelo sonho" (GIRARDET, 1987, p. 53).

Tais mitos também precisam de um contexto para se materializar. O momento mais propício seria em meio aos grandes períodos de desordens sociais ou, ainda, de não identificação das populações com o meio no qual estão inseridas. Portanto, a força motriz do mito político é a falta de confiança na capacidade ou legitimidade de determinada estrutura em vigência. É então que adquirem seu papel principal: como instrumentos para a reconquista de uma identidade comprometida (GIRARDET, 1987, p. 177-192). Ou seja, tais elaborações, apresentadas de maneira fantasiosa, servem como maneira de uma sociedade se expressar, no que tange a seus anseios e preocupações. Podem, assim, ser utilizadas enquanto mecanismo de busca de uma identidade coletiva, de unidade política e até para transformação e reconstrução de realidades sociais. Este último ponto, em específico, torna os mitos fundamentais para a composição de grupos sociais definidos: seja por identificação com esta dita realidade, ou por negação da mesma. É, portanto, ponto fundamental para a compreensão de como se construíram alguns tempos e contextos históricos, como resume o próprio Girardet no excerto: "é no sonho da revolução proletária que o proletariado se afirma como classe autônoma" (GIRARDET, 1987, p. 177-192).

Quando compreendemos a importância das teorizações do mito, podemos nos debruçar sobre alguns deles, em específico os abordados pelo autor: a conspiração, o salvador, a era de ouro e a unidade. Seguindo sua composição respectiva, temos a conspiração. Neste capítulo se faz uma análise da construção destes mitos, a forma como são representados, seus papéis como avessos a alguma instituição ou grupo e a passagem do real para o imaginário na composição da história dos mesmos. Para validar seus argumentos, Girardet utiliza de exemplos como dos judeus de Praga, a Companhia de Jesus, entre outras organizações e grupos, que em determinado momento histórico, foram tidos como responsáveis por atentados e ameaças ao bom funcionamento da ordem pública.

De maneira geral os participantes do complô são associados a agruras sociais como guerras, atentados, desordens ou perturbações podendo ser comparados às bruxas medievais: figuras das trevas, de hábitos sombrios e personalidade difusa de sua comunidade (GIRARDET, 1987, p. 25-62). Esta forma de representação do complô se dá com intuito de relegar seus participantes à margem da sociedade, tornando sua ideologia impossível de inspirar identificação por parte da população. Portanto, "não há nenhuma destas construções que não possa ser interpretada como uma resposta a uma ameaça, [...] e pouco importa, no caso, a exata medida da realidade dessa ameaça" (GIRARDET, 1987, p. 54).

Para que se consolide enquanto algo nefasto a uma sociedade, o imaginário coletivo utiliza-se do referido mecanismo de seleção e criação de memórias. No terreno das conspirações, um exemplo deste processo é a forma de representação do local onde ocorrem os supostos encontros e planos destes grupos: são cenários associados ao subsolo, como alçapões e porões. Outro elemento comum é a inclusão de estrangeiros, a finalidade de criar uma antipatia quanto ao forasteiro, reforçando a identidade do grupo predominante ou unitário. Por fim, há ainda a peculiaridade do momento em que surgem os mitos conspiratórios. Sobre isso o próprio Girardet, em referência a Durkheim, afirma: "quando a sociedade sofre, [...] ela sente necessidade de encontrar alguém a quem possa imputar seu mal, sobre quem possa vingar-se de suas decepções" (GIRARDET, 1987, p. 55).

Assim, em meio a um período desfavorável, o mito da conspiração e serve para incutir a um determinado grupo o papel de "mal da sociedade", abrindo espaço a outros grupos oportunistas para se utilizarem de tal ressentimento. Portanto, a força e a função do mito conspiratório se resumem no seguinte excerto: "o mal que se sofre, e mais ainda, talvez, aquele que se teme, acha-se doravante muito concretamente encarnado. [...] Expulso do mistério, exposto em plena luz e ao olhar de todos, pode ser enfim, denunciado, afrontado e desafiado" (GIRARDET, 1987, p. 55).

O segundo mito abordado é o do salvador, igualmente presente em diversas sociedades no decorrer da história. No cerne de sua composição está a necessidade coletiva de uma personificação, seja dos problemas ou da solução, e o desenvolvimento de uma esperança de mudança em meio a tempos de desorganizações e incertezas.

Para que melhor possamos compreender o momento em que se clama por um messias, Girardet propõe que a noção de legitimidade se estabeleça como "reconhecimento espontâneo da ordem estabelecida, da aceitação natural, não obrigatoriamente das decisões daqueles que governam, mas dos princípios em virtude dos quais eles governam" (GIRARDET, 1987, p. 81). Assim, os apelos mais veementes à intervenção de um herói salvador se dão, precisamente, em momentos de desequilíbrios e conflitos sociais, motivados pelo não reconhecimento de uma determinada legitimidade pretensamente universal e dominante.

Para o surgimento deste messias há três tempos fundamentais: o da espera e do apelo, onde se forma e é difundida a imagem de um salvador desejado, cristalizandose em torno dele a expressão coletiva de um confuso conjunto, de esperanças, nostalgias e sonhos; o tempo da presença, em que o salvador é enfim surgido e, no qual, o curso da história estará prestes a se realizar sendo, também, aquele em que a manipulação voluntária recai com maior peso no processo da elaboração mítica; e, por fim, o tempo da lembrança, onde a figura do salvador, lançada de novo no passado, vai modificar-se ao capricho dos jogos ambíguos da memória, de seus mecanismos seletivos, de seus rechaços e amplificações (GIRARDET, 1987, p. 63-96).

Depois de efetuado o "processo de criação", podem se identificar quatro modelos mais recorrentes de "salvadores": o "Gravitas", referente ao "velho" que entra com seus modelos clássicos remetendo ao presente os áureos tempos passados ou, nas palavras do autor, "um passado de ordem ou de glória – que se vê chamado a socorrer o presente – um presente de confusão ou derrota" (GIRARDET, 1987, p. 74); o inverso deste seria o "Celeritas", representado no jovem capitão que busca a glória, um herói preso ao presente, ao momento, um personagem impetuoso, para o qual o autor, como exemplo, se usa da construção feita com a imagem do jovem Napoleão, enquanto general vigoroso que sabia inspirar pelas demonstrações de vitalidade e força motivacional (GIRARDET, 1987, p. 75-77); o "Legislador" seria o organizador, que estabelece nova ordem como na Roma Antiga (GIRARDET, 1987, p. 77-78); e, por fim, o "Profeta", que se define como:

Anunciador dos tempos por vir, ele lê na história aquilo que os outros não veem. Ele próprio conduzido por uma espécie de impulso sagrado, guia pelos caminhos do futuro. É um olhar inspirado que atravessa a opacidade

do presente, uma voz, que vem de mais alto ou mais longe, que revela o que deva ser visto como verdadeiro (GIRARDET, 1987, p. 78)

Para melhor exemplificar a amplidão deste último caso, Girardet usa Hitler como exemplo, assinalando que: "O Führer fala e age não apenas para o povo e em seu lugar, mas enquanto povo. Nele o povo encontra seu rosto" (GIRARDET, 1987, p. 79). Portanto, pode-se compreender o "profeta" da seguinte maneira:

O vidente, o chefe profético não aparece mais então como o simples representante, o simples executante da vontade geral. Ele é a sua encarnação no sentido mais profundamente religioso do termo: encarna-a na totalidade de suas dimensões sociais; encarna-a também na totalidade de seu destino histórico, em seu passado, em seu presente e seu futuro. Perderse nele é, sem duvida, renunciar à identidade individual; mas é reencontrar, ao mesmo tempo, a integralidade da identidade coletiva, a fusão intima e indissolúvel com a comunidade mãe. (GIRARDET, 1987, p. 79-80)

Assim, dados os exemplos, podemos concluir qual a função do mito do salvador no processo de transformação social. Para tanto, podemos recorrer a um trecho do texto, que resume tal papel da seguinte maneira:

[O Salvador é] uma autoridade, e aí está o essencial, que não é mais considerada como suspeita, desprezível ou opressora, que significa, ao contrario, adesão, comunhão, fé militante e conquistadora. Uma autoridade que não é mais sentida como alienante, mas que se vê, ao inverso, reconhecida como um instrumento decisivo de reestruturação e de reabilitação pessoal. A realidade, ao menos tal como é vivida, não é a da abdicação de uma vontade particular em proveito de uma vontade estranha. (GIRARDET, 1987, p. 93)

O terceiro capítulo apresenta o mito da 'era de ouro'. Este seria responsável por exprimir uma mentalidade coletiva, que comumente surge em meio a tempos de crise onde: a nação se apoia em um tempo de glórias passado, o qual se espera recuperar. Girardet assim define a era de ouro: "Imagens de um passado tornado lenda, visões de um presente e de um futuro definidos em função do que foi ou do que se supõe ter sido" (GIRARDET, 1987, p. 97). O processo de criação de uma era de ouro pode ser identificado já no aspecto mais pessoal e subjetivo dos seres humanos, quando se possui uma nostalgia com relação a tempos passados — como infância ou adolescência. Assim, levada ao coletivo, esta mentalidade passa a habitar o imaginário de toda uma sociedade, relembrando tempos que, por vezes, estão há muito distantes de sua própria geração. Desta maneira, sublinha que o processo de "tornar mito" um período

requer que este passe por uma filtragem de informações e, assim, aproxima-o de construções religiosas de temporalidade:

Talvez fosse conveniente evocar com relação a isso, a própria tradição das religiões de salvação, para as quais o destino do homem situa-se entre duas épocas abençoadas, a de antes da queda e a de depois da redenção, a do Éden perdido e a da Jerusalém redescoberta, sendo o final dos tempos, no caso, percebido apenas como um retorno ao começo dos tempos. (GIRARDET, 1987, p. 103)

Portanto, a noção idílica do passado torna-se uma espécie de absoluto, fantasiosamente liberto de toda a dependência com relação à cronologia dos fatos, tornando quase impossível delimitar se o mito se identifica mais com o âmbito do pesar pelo passado ou por uma esperança do futuro. Para um adepto deste mito, o presente é um tempo de corrupção dos valores e das instituições ao qual convém se distanciar, resultando em uma evocação de tempos passados, de felicidade, harmonia e organização aos quais se busca o retorno (GIRARDET, 1987, p. 105). Aponta ainda o autor que há um forte sentimento de segurança nesta mitologia, pois "o fechamento do espaço social protege aqueles que aí se abrigam contra o desconhecido incompreensível da imensidão do mundo exterior, domínio ilimitado de todos os medos e de todas as transgressões" (GIRARDET, p. 1987, p. 128). Assim, a idade do ouro é o tempo dos "relógios parados", surgindo quando, em tempos de modernizações, mudanças e incertezas, se busca a segurança em memórias inalteráveis do passado. É nelas que se projetam as esperanças e expectativas frustradas pelo tempo presente, residindo aí sua força motriz.

E, por fim, Girardet aponta o tema da Unidade. Tal como foi interpretada, a noção de unidade é o sentimento que abrange e une um grupo ou nação, criando uma identificação entre seus pares. Um mito politicamente fundamental, que visa suscitar em seus adeptos o amor a sua pátria, favorecendo a noção do conjunto unido (GIRARDET, 1987, p. 141-176). Encaixa-se aqui no conceito de mito, pois há em uma mesma nação uma quantidade enorme de sutilezas e subjetividades que apenas um mito poderia fazer suprimir em detrimento de um ideal comum. Em específico através deste último item se percebe que as mitologias são recortes da realidade, que tendem a coexistir nos grupos e sociedades a serem analisados. A unidade é, assim, a finalidade da maioria dos mitos políticos, haja visto que com ela se pode haver harmonia social.

Assim, podem se identificar outras confluências, pois é identificar uma era de ouro sem um messias, uma denúncia de complô que não tenha como motivação evitar a desarticulação de uma suposta unidade – ou mesmo a criação dela.

Portanto, perante este panorama das análises de Girardet, podemos passar a suas confluências com relação à proclamação da República em Portugal.

### Breve histórico da Primeira República Portuguesa

O 5 de outubro de 1910 ficou marcado na memória dos portugueses como a data que finda o período monárquico. Desde as revoluções liberais do XIX, os monarcas lusos não mais eram dotados do poder absoluto de outrora quando, ao jurar a constituição, deram início a uma Monarquia Constitucional. Ainda assim foram capazes de impor algumas de suas vontades, além de exercer controle sobre a gestão das pastas governativas, contribuindo para uma desestabilidade política e estrutural do país (MARQUES, 1980).

O auge desta crise do sentimento nacional para com seu governo se deu em 1890, com o Ultimato britânico. O fato consistiu em uma nota entregue ao ministro dos Negócios Estrangeiros português, pelo embaixador de Inglaterra em Lisboa, exigindo que Portugal retirasse sua expedição militar na África Oriental, que atacara alguns indígenas protegidos pelos ingleses (RAMOS, 2001, p. 40). O governo, dando-se por vencido em sua tentativa de expandir sua soberania colonial, mandou retirar a expedição (WHEELER, 1985, p. 56). A questão, de ordem interna e externa, envolvia muito mais que afronta militar, era um golpe da então aliada, que feria a soberania lusitana e toda a ideologia colonial de "destino nacional" (TEIXEIRA, 1987).

Seguiram-se ao fato anos de administrações pouco populares, aliadas a recorrentes crises econômicas e sociais. Perante o cenário, a monarquia da viragem do século passou a sofrer uma crise de legitimidade nos setores intelectuais e econômicos de Portugal, permitindo que o movimento republicano começasse a se ocupar desta lacuna (MÓNICA, 1987). Os partidários do fim do regime ganharam aliados aos quatro cantos da nação, tendo tido sua maior representação e base política nos grandes centros urbanos. Após diversos embates e conspirações, em 1908, um grupo de Carbonários – organização radical ligada aos republicanos – executou o então rei, D.

Carlos, e o príncipe-herdeiro, D. Luís Filipe. O regicídio poupou apenas o jovem D. Manuel, até então segundo nome na linha de sucessão<sup>1</sup>. Era um golpe na monarquia que, apesar de causar uma comoção inicial e até certa simpatia da nação para com as perdas da família real, acabou por não ser o bastante para recuperar o prestígio de outros tempos (WHEELER, 1985, p. 60-61).

O ocorrido não impediu o avanço da "republicanização" no espaço político nacional (WHEELER, 1985, pp. 48-62). As fileiras do Partido Republicano Português (PRP) agregaram o contingente de insatisfeitos com o regime monárquico. Difundiram, através da propaganda, a crença de que as mudanças de ordem política significariam a resolução das tantas questões que afligiam a nação (WHEELER, 1985, p. 48-62). As tensões nacionais tomaram dimensão e acarretaram em uma série de batalhas e protestos, localizados majoritariamente em Lisboa, resultando na alteração do sistema político vigente. D. Manuel II foi destituído e foi implantada a República em Portugal.

Após o golpe decretar o novo regime, deu-se início a um processo de consolidação. Foi convocada uma Assembleia Nacional Constituinte e, depois de transcorridas as eleições em 1911, suas reuniões tiveram parte ainda naquele ano. Admite-se aqui a complexidade da tarefa designada àqueles parlamentares: a de refletir sobre o maior número de reinvindicações e demandas do período, abrangendo desde a classe mais abastada de industriais lisboetas até os mais simples trabalhadores agrícolas do Alentejo (MARQUES, 1991).

Portanto, o que muito cedo se percebeu é que a mera mudança de regime não alteraria a situação do país. Emitida a constituição e instalada em suas bases governamentais, a república passou a descumprir grande parte de seu programa de governo. A província — parcela do país mais afastada dos grandes centros urbanos — mal teve notícias da mudança de sistema político (VALENTE, 1992). O novo governo ignorou a crescente "adesivagem"<sup>2</sup>, desiludindo até os membros "históricos" do partido republicano (VALENTE, 1975). Apesar do cenário, foi capaz de conquistar o

Mais da discussão do regicídio em: RAMOS, Rui, *D. Carlos.* Lisboa: Ed. Temas e Debates, 2008.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Fenômeno de aderência dos antigos funcionários monárquicos ao novo partido predominante, a fim de manterem seus cargos

reconhecimento das nações estrangeiras. Também, em questão de meses, atingiu certa estabilidade na segurança interna. Porém os custos foram altos: através de suas fiéis forças paramilitares, impunham o medo como forma de garantir a autoridade nacional (MARTINS. 2001).

Passada a consolidação, com os ânimos revolucionários já abrandados, os setores que haviam se unido em sua luta contra o poder monárquico voltaram a se fragmentar, fazendo surgirem desavenças internas. O Partido Republicano, que havia conseguido agregar as oposições monárquicas e havia sido o grande responsável pelas transformações políticas, não conseguiu sustentar as diferenças ideológicas internas e acabou por dividir-se em três grupos: os Democráticos, que sob comando de Afonso Costa herdaram a máquina do partido; os Evolucionistas, então liderados pelo jornalista e ministro António José de Almeida; e os Unionistas, apoiados na figura do também ministro Brito Camacho.

O partido democrático acabou por mostrar-se hegemônico no período (SERRA, 1990) apresentando uma radicalização em sua maneira de governar e de controlar as oposições nacionais, acabando por receber ataques à altura. O primeiro veio dos monárquicos, com Paiva Couceiro, que conspiravam e preparavam incursões vindas do norte do país e da vizinha Espanha (VALENTE, 2001). Mas, com o tempo, conquistou também o repúdio do clero, com a Lei de Separação do Estado e da Igreja, levada a cabo com demasiado rigor (VALENTE, 1975). Também se opuseram os operários, igualmente ignorados em suas demandas pelo novo regime, promovendo greves cada vez mais recorrentes (CARVALHO, 2011). No entanto, os principais ataques vieram mesmo no meio político e a República, com domínio dos comandados de Afonso Costa, chegou a ser derrubada por quase um ano, entre 1917 e 1918, pelo Consulado Sidonista, comandado pelo major Sidónio Pais.

O sistema político, portanto, abriu espaço para uma intermitente instabilidade que acabou mesmo por lembrar a monarquia parlamentar (SCHWARTZMANN, 1981). O descrédito do regime após sua instauração deveu-se principalmente a três fatores: as medidas impopulares e não relacionadas com a situação nacional; o demasiado extremismo e radicalismo das medidas; e o não cumprimento das esperanças geradas por conta da propaganda e do programa político do PRP – ambos ignorados em suas

partes fundamentais. O andamento do regime, neste contexto, assemelhava-se muito à deposta monarquia. Os mesmos meios acabaram por produzir os mesmos efeitos e, em 8 de maio de 1926, um golpe militar daria fim ao período.

### As mitologias políticas na Primeira República Portuguesa

Como apresentado, o regime republicano em Portugal tem início em 1910 e estende-se até 1926. Existiu em meio ao caos político, com mandatos cada vez mais instáveis e problemas estruturais diversos. Já sem defensores, caiu da mesma maneira que havia derrubado o regime anterior. Deu lugar a uma ditadura militar e ao subsequente Estado Novo, com o longo governo de António de Oliveira Salazar (WHEELER, 1985).

Dito isso, podemos elaborar sobre as confluências da política do período com as elaborações de Girardet. Portugal, em si, já se caracteriza como uma nação intimamente atrelada à mitologia política, pois sua sociedade historicamente representou terreno fértil para o nascimento e consolidação de diversos mitos (DOMINGUES, 1990). Tendo sido um dos maiores impérios do mundo, desbravador de inúmeras terras e conquistador de outras tantas, a nação lusitana teve um longo período de glórias, tendo gozado de certa hegemonia global. Contudo, o grande império decaiu. O Portugal que adentrou nas eras modernas nada mais foi que uma pequena nação, detentora de algumas colônias em África, cercada de crises financeiras e administrativas. Tal contexto, fez com que culturalmente o povo luso passasse a evocar as grandes figuras do passado, em uma nostalgia com relação aos áureos tempos de grande império, idealizando o retorno de idos governos e governantes. O maior exemplo que podemos tomar destes mitos é o de D. Sebastião, um dos mais saudosos casos de comoção popular pela volta de um "messias", que perdurou no imaginário por séculos a fio (DOMINGUES, 1990).

Há campo para a análise de mitos políticos em toda a história portuguesa, mas, para nossos intuitos, vamos voltar nossa análise à viragem do século XIX para o XX, com o período republicano. Seguindo a lógica de Girardet, tratamos primeiro do tema da "conspiração". Os próprios republicanos, ainda na época da monarquia constitucional, foram considerados como conspiradores a serem combatidos. Após terem assumido o

poder, no entanto, as conspirações não cessaram e Portugal passou a temer o chamado contragolpe ou contrarrevolução. Tais conspirações podem ser percebidas nas discussões da própria Assembleia Constituinte. Nos discursos dos deputados, por diversas vezes, se vê o uso de termos como "sujos" e "traiçoeiros". Houve também uma tentativa de dissociar a imagem destas conspirações das que estes mesmos parlamentares haviam feito em seus tempos de oposição. Em discursos, proferidos em todo período da Assembleia<sup>3</sup>, os deputados fazem severas críticas aos conspiradores da República, que se refugiavam e conspiravam do outro lado da fronteira. Aqui é necessário esclarecer que, à época, os movimentos de contrarrevolução, principalmente os encabeçados por Paiva Couceiro, tomavam lugar na Galícia, onde o governo monárquico espanhol os colocava sob sua égide (GOMEZ, 1978). Tendo isto em mente, os republicanos costumavam validar suas críticas ao alegar que, mesmo quando eram eles próprios os conspiradores, nunca haviam ido para além da fronteira para fazê-lo. O esforço acabava por parecer mais uma tentativa de alívio de consciência do que propriamente uma crítica.

Com o decorrer do regime tais conspirações acabaram por ser recorrentes, seja pelo lado dos monárquicos ou de alguns republicanos, descontentes com a hegemonia do Partido Democrático, liderado por Afonso Costa. Tais movimentos, contrários à ordem vigente, proclamando seja novos chefes políticos ou mudanças de regime, eram chamados, à época, de 'pronunciamentos'. Estes foram parte do descontrole político nacional, passando a ser, já nos confins do regime, motivo de piada por um jornal de grande circulação, responsável por um "manual do pronunciamento", demonstrando como já havia se banalizado (VALENTE, 1992). A conspiração já ocupava o imaginário português se forma até jocosa.

Conclui-se, portanto, que o Portugal da I República contou com referências subjetivas às conspirações, incluindo textos e discursos demonizando Paiva Couceiro e relegando os conspiradores da Galícia, além de outras partes da nação, à imagem de seres do subsolo. E ainda, devido à recorrência dos ataques conspiratórios e à disputa ideológica travada entre as posições políticas do período, houve uma banalização do

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Constam em: *Diários da Assembleia Nacional Constituinte* 

conceito de conspiração, demonstrada na mídia de maneira jocosa, o que evidenciou uma particularidade da mitologia política lusitana.

Também, com grande força, se percebeu a presença do mito do salvador da pátria. Como apresentado por Joaquim Domingues, havia no ambiente cultural português da época uma relevante movimentação de retomada dos ideais messiânicos, respaldada nas comemorações do tricentenário de Camões (DOMINGUES, 1990). Igualmente importante no processo, foi o cenário de crise de legitimidade, que se instalou graças ao ultimato inglês. Assim, tão privados de seu sentimento nacional quanto nos tempos da União Ibérica, o sebastianismo voltou à tona. Muitos trabalhos clamavam ou profetizavam o retorno do país ao posto de potência europeia com a ajuda de um grande herói extemporâneo (DOMINGUES, 1990). Porém, na virada do século, não havia em terreno nacional uma figura com tamanho carisma ou popularidade, para que pudesse ocupar tal posto de "herói". Assim, os propagandistas republicanos, opositores ao regime monárquico então vigente, passaram a utilizar-se de um salvador sem face: a República (DOMINGUES, 1990). Conseguiram imputar à família real a culpa pela situação em que se encontrava Portugal (POINSARD, 1912). Assim, apenas um novo regime, independentemente de seus políticos, poderia ser o novo messias (WHEELER, 1985). Através desta manobra, dentre outras, é que os republicanos ganharam espaço na conservadora política portuguesa e puderam espalhar seus ideais até atingir o poder, em 1910. Incitaram o nacionalismo do povo, o levando a acreditar que estava por vir a salvação econômica, política e moral (DOMINGUES, 1990). Veio a proclamação, mas as promessas, claro, ficaram por cumprir.

No entanto, a esperança do mito messiânico foi tão presente em Portugal, que não morreu com o desapontamento tido com a República. Em meio a este sistema turbulento, alguns personagens se destacaram habitando o imaginário social. Surpreendentemente, um deles era membro do governo e um dos idealizadores do movimento pela tomada do poder: Afonso Costa, líder do PRP. Sobre ele podemos tomar como base a extensa obra que o historiador Oliveira Marques escreveu sobre o líder do Partido Democrático (MARQUES, 1972). A figura deste político é até hoje motivo

de controvérsias por parte de historiadores<sup>4</sup>. Porém, no que se refere à sua produção enquanto mito político é fundamental a compreensão de alguns fatores. Advogado de formação adentrou muito firmemente à política, tendo sido deputado no período da monarquia parlamentar, foi um dos idealizadores do movimento republicano, desde seu primeiro manifesto em 1871.

Após o 5 de outubro, passou a atuar tanto direta quanto indiretamente nos processos do sistema governativo nacional, chegando a atingir os mais altos cargos federais. Neste período foi responsável pelo único fechamento de balanço comercial anual do período da república que contou com saldo positivo. Seu papel quase hegemônico na liderança do Partido Democrático o tornou um nome que, naturalmente, passou a habitar o imaginário nacional, despertando amor e ódio em diferentes grupos. Porém, em uma demonstração do processo de seleção de memórias, acabou sendo tomado como um possível salvador da pátria. Ocorreu quando Costa foi exilado durante o chamado Consulado Sidonista, sem nunca mais retornar a Portugal, passando a atuar judicialmente por causas referentes ao país no cenário diplomático internacional, com destaque para sua atuação no Tratado de Versalhes (MARQUES, 1972).

Na década de 1920, quando a instabilidade política atingiu o auge no país, muitos políticos e populares pediam pela volta do antigo líder, apostando nele como possível solução para o aparente caos (MARQUES, 1972). Assim, se negligenciou toda uma forma de interpretar Afonso Costa como um líder autoritário, de personalidade forte e dominadora. Seu caráter foi colocado como o de um nacionalista, que usou de armas pouco convencionais para atingir mudanças que acreditava serem necessárias. O mito em torno do líder, no entanto, foi minando junto ao fim da I República (MARQUES, 1972).

Porém, a imagem de "salvador da pátria portuguesa" também foi creditada a opositores da República, como o major Sidónio Pais. Este, antes um deputado do

O historiador Oliveira Marques tende a demonstrar, em suas análises, Afonso Costa como um líder republicano dedicado, que fez mudanças significativas no cenário nacional e até internacional, inspirando muitos e trazendo grande reconhecimento para o povo português. Pulido Valente e Rui Ramos tendem a descrever o mesmo personagem como um chefe autoritário, viciado no poder, responsável pela radicalização do regime e por uma conivência com relação aos abusos violentos cometidos pelo regime.

regime, passou a desacreditar nos meandros políticos nacionais e conquistou o poder através um golpe. Seu breve governo focou-se nas massas rurais e no saudosismo dos áureos tempos de império, enquanto o regime da I República, de maneira geral, procurava desvencilhar-se deste passado, focando em uma modernização do país. No entanto, não teve tempo de fazer qualquer mudança significativa já que fora assassinado um ano depois de se instalar à frente da política nacional. Ficou-se por saber as reais intenções e capacidades do major, criando fértil terreno para a especulação acerca do que poderia ter sido. Assim, o sidonismo, como é conhecido o período, teve um grande apelo popular e, para alguns, sua figura principal, sempre com vestes militares, ficou marcada politicamente na história como um messias, impedido de salvar a pátria por uma morte prematura (VALENTE, 1992).

Ainda na oposição, mas com menor força, as parcelas monárquicas da população também tiveram seu messias: Henrique Paiva Couceiro. O já citado herói do exercito de D. Carlos e D. Miguel II, manteve-se fiel à família real e fez forte pressão sobre a República nos primeiros anos do regime, sendo considerado pelo governo como inimigo público do país (VALENTE, 2001). Assim, para os que depressa se desencantaram com a mudança de poder, o "conspirador" era uma esperança de salvação. No entanto, após incursões desastrosas e falta de apoio, acabou caindo no esquecimento, tendo tido um papel menor no imaginário nacional (VALENTE, 2001).

Assim, percebe-se que Portugal possuía uma íntima ligação de seus políticos com figuras de cunho mítico. Ocorria uma espécie de idealização dos grandes homens, na esperança de retomada do sonho de império, tornando esta mitologia fundamental para a construção social e política da nação lusitana por estar justamente ligada à sua legitimidade.

Atrelada a este mito, há o da era de ouro, também presente no imaginário português. Como escreve Girardet, "não existe evocação de uma felicidade desaparecida que não testemunhe simultaneamente a uma aspiração de sua recuperação" (GIRARDET, 1987). Desde a propaganda republicana, que evocava que os últimos reinantes da monarquia haviam sido os culpados pelo declínio da nação, que a era de ouro é evocada incessantemente pela política portuguesa. O movimento republicano toma força justamente com o Ultimato inglês de 1890, tanto que a maioria

dos historiadores do período começa suas análises neste ano, por ser fundamental para o que se decorre dele (RAMOS, 2001). O Ultimato foi fundamental, pois quando a Inglaterra desafia a soberania de Portugal ao impedir seu avanço em terra na África, existe todo um imaginário que se esfacela para a nação lusa. O mito da era de ouro se encarna durante a época do grande império ultramarino dos séculos XVI e XVII, onde seu poderio era razão para ser cantado no novo e no velho mundo como nos versos clássicos dos Lusíadas. Ainda residia forte na mentalidade do povo a ideia de nação de primeira grandeza apoiada nas colônias, que serviam de resquícios nostálgicos de onde se podia apoiar este mito. Ao haver uma quebra deste imaginário de nação dominadora e conquistadora os republicanos souberam aproveitar-se da desta para incutir no povo que acompanhava sua propaganda a ideia de um culpado para os problemas todos: a monarquia, ao mesmo tempo em que se punham como a única e verdadeira solução. Ascendiam assim ao poder por 'virtude' e por 'fortuna', segundo a lógica de Maquiavel.

No início do regime, portanto, a questão do mito da era de ouro já se fazia latente e fundamental para a unidade da nação, atingia a urbanos e rurais, e saber utilizar-se deste significou a queda de uma histórica família real. Em outras palavras saber utilizar-se deste imaginário da era de ouro portuguesa era a chave para o controle da nação, como se veria também na subsequente queda do regime republicano perante o Estado Novo e seus articuladores, em especial Salazar, que se utilizando desta mitologia se manteria no poder até estar próximo de sua morte (WHEELER, 1985).

Depois de instaurada, a República não correspondeu às promessas. E uma nova busca à era de ouro teve lugar, sendo responsável pela instabilidade do regime. Portanto, pode-se dizer que o regime sofreu uma contínua e intermitente crise de legitimidade e de unidade. Sempre havia um grupo pronto a tomar o poder e a abalar as estruturas da nação. Uma das razões apresentadas para tal foi a lei de Separação, que laicizou o Estado e proibiu qualquer manifestação religiosa fora dos templos. Porém, o que é válido notar é que a crise no panorama político português da I República foi de tal maneira grave que o historiador Vasco Pulido Valente chega a

afirmar que o regime sequer pode ser considerado como tal, intitulando-o de um golpe de longa duração, já que, segundo ele, nunca chegou a legitimar-se (VALENTE, 1992).

### Conclusões

Podemos concluir que Portugal, especialmente no período da I República, apresentava-se como uma nação decadente, deveras dependente de seu passado e com um imaginário muito atrelado à sua noção de amor a pátria e de unidade. Em outras palavras, a legitimidade de poder em terras lusitanas requeria necessariamente uma adequada utilização da mitologia política tão inerente àquele povo, que em meio a um tempo de crises se apegava muito firmemente a um passado de glórias e conquistas e a qualquer um que os remetesse a tal. Portanto, tal imaginário exerce no período uma função de construção e manutenção da realidade social, além da legitimação política.

### REFERÊNCIAS

#### **Fontes**

DIÁRIO da Assembleia Nacional Constituinte. 1911.

POINSARD, Léon. *Portugal ignorado. Estudo social, economico e politico, seguido de um appendice relativo aos últimos acontecimentos*, Porto: Magalhães e Moniz, 1912.

# **Estudos**

CARVALHO, David. Os Levantes da República 1910-1917. Lisboa: Afrontamento, 2011.

DOMINGUES, Joaquim. Visão Messiânica do Advento da República, *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, Faculdade de Filosofia, Tomo XLVI, Fasc. 4, out. / nov., p. 479-512, 1990.

GIRARDET, Raoul. Mitos e Mitologias Políticas. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 1987.

MARQUES, A. (coord.). *Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. (Col. Nova História de Portugal, v. 9).

MARQUES, A. *A Primeira República Portuguesa: Alguns aspectos estruturais*. 3.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.

MARQUES, A. Afonso Costa. Lisboa: Editora Arcádia, 1972.

MARTINS, Fernando (coord.). *Diplomacia & Guerra: política externa e política de defesa em Portugal o final da monarquia ao marcelismo: actas do 1º Ciclo de Conferências*. Lisboa: Edições Colibri, 2001.

MÓNICA, Maria. *A Queda da Monarquia: Portugal na Viragem do Século*. Lisboa: Dom Quixote, 1987

RAMOS, Rui. *A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. (Col. História de Portugal, v. 6).

RAMOS, Rui. D. Carlos. Lisboa: Ed. Temas e Debates, 2008.

SERRA, João. Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente. In REIS, António. *Portugal Contemporâneo.* v. 3, Lisboa: Publicações Alfa, p. 13-84, 1990.

SCHWARTZMANN, Kathleen. Contributo para a sistematização dum aparente caos político: o caso da Primeira República Portuguesa. *Análise Social*. Vol. XVII (1.º), n.º 65, p. 153-162, 1981.

TEIXEIRA, Nuno. Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês. *Análise Social*, Vol. XXIII (4.º), n.º 98, p. 687-719, 1987.

TORRE GÓMEZ,. Conspiração contra Portugal 1910-1912. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

VALENTE, Vasco. Crentes e conversos: a República na província (Outubro de 1910-Maio de 1911). *Análise Social*, Vol. XI (1.º), n.º 41, p. 17-30, 1975.

VALENTE, Vasco. Henrique Paiva Couceiro - um colonialista e um conservador. *Análise Social*, vol. XXXVI (160), p.767-802, 2001.

VALENTE, Vasco. Revoluções: A «República Velha» (ensaio de interpretação política), *Análise Social*, Vol. XXVII (1.º), n.º 115, p. 7-63, 1992.

WHEELER, Douglas., *História Política de Portugal*, 1910-1926, Mem Martins: Publicações Europa-América, 1985.